

FEMINISMO E O LUGAR DA MULHER NA SOCIEDADE CAPITALISTA: UMA BREVE ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DO MOVIMENTO PARA O DEBATE

Emilene Oliveira Silva¹

Iasmim Lopes Ribeiro²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar como as contribuições teóricas surgidas com e a partir do movimento feminista impactaram no debate de gênero, do patriarcado, na estruturação do conceito de divisão sexual do trabalho assim como nas análises acerca da situação da mulher na sociedade capitalista.

Palavras-chave: feminismo; capitalismo; contribuições teóricas

Abstract: This article has the objective to present how the theoretical contributions that emerged with and from the feminist movement impacted the debate on gender, patriarchy, the structuring of the concept of sexual division of labor as well as analyzes regarding the situation of women in capitalist society.

Keywords: feminism; capitalism; theoretical contributions.

INTRODUÇÃO

O presente artigo surge a partir dos trabalhos de conclusão de curso das autoras e tem o objetivo de apresentar de forma breve a importância do movimento feminista para a criação e desenvolvimento da temática de gênero assim como o debate do ser mulher e qual lugar se ocupa dentro da dinâmica capitalista.

Nesse sentido, a primeira parte do artigo abordará sobre o desenvolvimento histórico do feminismo nas contribuições teóricas acerca do debate de gênero. A segunda parte consistirá em apresentar, a partir dos desenvolvimentos do debate de gênero fomentado pelas contribuições feministas, em abordar sobre e como os mecanismos patriarcais presentes na sociedade capitalista impactam na realidade e vida das mulheres, destacando brevemente a situação da mulher negra nessa dinâmica.

¹ Assistente Social. Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Formada pela Universidade Federal de Juiz de Fora. email: emileneo.silva@gmail.com

² Assistente Social. Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Formada pela Universidade Federal de Juiz de Fora. email: iasmimlopes43@gmail.com

DESENVOLVIMENTO

GÊNERO E PRODUÇÃO TEÓRICA: CONTRIBUIÇÕES DO FEMINISMO

O movimento feminista se produz e reproduz em consequência da conjuntura e especificidades de determinado momento histórico, considerando a raça, classe e região como relevante para compreender a opressão/exploração vivenciada pela mulher. Nesta lógica, o feminismo está constantemente se configurando e reestruturando.

Temos, como marco para o avanço do feminismo enquanto produção de conhecimento, o que se denominou “A segunda onda do feminismo”³, importante não só pelas conquistas através das lutas sociais, com pautas direcionadas às questões econômicas, de direitos políticos, civis e contra a ordem social, mas também por contribuir no processo de emergência dos estudos acerca da temática “gênero”.

O movimento feminista utilizava como uma de suas alternativas de reivindicação e propagação do feminismo a produção de jornais e revistas. Influenciadas pelas mulheres exiladas, as feministas marxistas contribuíram para que o movimento feminista e, por conseguinte, o feminismo, se inserisse no campo da produção teórica.

Pode se conhecer o movimento feminista a partir de duas vertentes: da história do feminismo, ou seja, da ação do movimento feminista, e da produção teórica feminista nas áreas da História, Ciências Sociais, Crítica Literária e Psicanálise. Por esta sua dupla característica, tanto o movimento feminista quanto a sua teoria transbordou seus limites, provocando um interessante embate e reordenamento de diversas naturezas na história dos movimentos sociais e nas próprias teorias das Ciências Humanas em geral. (PINTO, 2010, p.15).

Composto majoritariamente por mulheres da academia, as feministas marxistas começam a produzir textos abordando temáticas relacionadas à questão de gênero. Sob a lógica do sistema patriarcal, a condição de opressão/exploração da mulher traz a essas mulheres um olhar crítico e reflexivo sobre suas próprias condições na sociedade e, sobre a ideologia patriarcal que sempre sustentou tais condições. Este processo se dá juntamente com o desenvolvimento do movimento feminista. Ou seja, o feminismo, ao

³ A década de 1970 marca o movimento feminista com pautas contra a ordem social, promovendo manifestações e atos públicos no país, com criações de jornais e revistas trazendo os ideais feministas, se fortalecendo e aparecendo em atividades públicas, conferências e organizações.

mesmo tempo que se constrói enquanto movimento social, se constrói enquanto campo de estudo.

O movimento feminista tem uma característica muito particular que deve ser tomada em consideração pelos interessados em entender sua história e seus processos: é um movimento que produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria. Esta coincidência entre militância e teoria é rara e deriva-se, entre outras razões, do tipo social de militante que impulsionou, pelo menos em um primeiro momento, o feminismo da segunda metade do século XX: mulheres de classe média, educadas, principalmente, nas áreas das Humanidades, da Crítica Literária e da Psicanálise. (PINTO, 2010, p.15).

É importante ressaltar que, neste período, seguindo os avanços do movimento enquanto luta social, o termo gênero era compreendido como sinônimo de “sexo”. Ou seja, desconsiderava os elementos sociais que constroem e condicionam as relações sociais de opressão/exploração; e também, o lugar da mulher inserida na sociedade capitalista. Assim, “sexo” correspondia à natureza e “gênero” à cultura – corpo, personalidade, comportamento.

Simone de Beauvoir em *O segundo sexo* (1946), com tradução, em 1980, para o português, embora não utilizando o termo gênero, traz a concepção de que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castro que qualificam de feminino”. (BEAUVOIR apud CISNE, 2018, p. 46).

Contribuindo e apresentando uma nova concepção teórica e, de certa maneira, política, para os estudos onde define masculino e feminino como construções sociais e históricas, e não configuradas biologicamente. É também, após tal colocação de Simone de Beauvoir, que o termo “gênero” começa a ser compreendido de maneira mais aprofundada pelas feministas brasileiras.

Ainda na década de 1980, o feminismo passa a compreender que há um recorte de classe, raça e região, permitindo uma diferença dentro do mesmo “gênero” (aqui ainda entendido como sexo), modificando suas pautas de lutas, trazendo avanços ao movimento feminista e ao campo de estudos. Neste sentido, os estudos sobre gênero se aprofundam e ganham maiores dimensões.

Os chamados “estudos de gênero” surgem sob a influência de feministas acadêmicas no final do século XX, destacadamente entre as décadas de 1970 e 1980. A sua grande contribuição veio para enfatizar a necessidade de se desnaturalizar e historicizar as desigualdades entre homens e mulheres. Em outras palavras, a despeito das divergências e multiplicidades teóricas quem envolvem o conceito de gênero, convencionou-se, hegemonicamente, que ele designa a construção social do masculino e do feminino. (CISNE, 2018, p. 46).

O próprio entendimento do conceito “gênero” se altera, à medida que o feminismo também vai redirecionando as pautas mais amplas e de maior profundidade crítica. Ou seja, por ser uma construção histórica, em determinado contexto e sociedade, está sempre em construção e desconstrução (movimento dialético).

Este conceito não se resume a uma categoria de análise, como muitas estudiosas pensam, não obstante apresentar muita utilidade enquanto tal. Gênero também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual. (SAFFIOTI, 2011, p. 44).

Neste sentido, faz-se necessário compreender o termo gênero como uma categoria analítica, sob a égide do método materialista histórico dialético de Marx⁴. Desta maneira, há a possibilidade de analisar historicamente as construções sociais, para compreender como as relações de gênero são constituídas e atravessadas pelas relações de classe, raça/etnia e patriarcado⁵.

Além disso, o termo "gênero" também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo "gênero" torna-se uma forma de indicar "construções culturais" -a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo esta

⁴ O método implica, pois, para Marx, uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações (NETTO, 2011 p.53).

⁵ Segundo Saffioti, o “patriarcado, que, como o próprio nome indica, é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens” (2011, p. 36). A partir da concepção feminista que o termo patriarcado se difundiu de maneira mais ampla, sendo assim, patriarcado corresponde a “uma formação social em que homens detêm poder, [...] e é quase sinônimo de ‘dominação masculina’ ou de ‘opressão às mulheres’” (DELPHY, 2009, p.173). Biroli (2018, p.11) abordando sobre o termo define-o de maneira breve como “um complexo heterogêneo, mas estruturado, de padrões que implicam desvantagens para as mulheres e permitem aos homens dispor do corpo, do tempo, da energia de trabalho e criatividade destas”, sendo este “ativado de forma concreta, nas instituições e nas relações cotidianas”.

definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, "gênero" tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens. (SCOTT, 1995, p.75).

Uma vez que a questão de gênero⁶ é uma das expressões das relações sociais desenvolvidas pela lógica do modo de produção capitalista, logo, está diretamente vinculada com as determinações burguesa e patriarcal. Sendo relevante que se faça uma análise de como se dão tais relações a partir de um recorte de classe, entendendo que tais relações são dialéticas e interligadas⁷.

O estudo de gênero, através de uma análise crítica considerando as correlações entre capitalismo, patriarcado e racismo (Saffioti, 2001), proporciona análises para que se tenha uma apreensão de como se dão as relações sociais de gênero, bem como, para formulação de políticas sociais eficazes, frente ao sistema de opressão/exploração da mulher. Contribuindo, assim, para uma reflexão crítica das relações sociais, no sentido de construir uma sociedade mais justa e igualitária.

É necessário compreender que o sujeito do conhecimento possui gênero, e está inserido numa realidade concreta, num contexto social. Sendo assim, o conhecimento não pode ser considerado puramente objetivo. Há a subjetividade de quem o constrói, e este sujeito está atravessado pelos condicionantes de classe, raça e gênero. Reconhecer esta subjetividade de quem produz conhecimento é importância para entendermos a relevância dos estudos feminista/classista no campo teórico.

Nesse sentido, uma das grandes contribuições dos estudos feministas e de gênero é mostrar a importância da posição do sujeito que produz o saber, enquanto um sujeito generizado, uma vez que essa posição tem influenciado historicamente a produção do conhecimento científico, ocultando as experiências do universo feminino. Colocam-se, assim, novos sentidos sobre o que se considera conhecimento e se problematiza a pura objetividade e universalidade do saber

⁶ A “questão” de gênero tem uma importante relevância para o feminismo, sendo este o meio concreto pelo qual, através das lutas sociais, busca “superar” tal questão. Desta maneira, faz-se necessário o aprofundamento nos estudos e pesquisas acerca do “gênero” e sua articulação com as relações sociais, sendo estas construídas dentro da lógica do modo de produção capitalista e do patriarcado.

⁷ Para Marx, a sociedade burguesa é uma totalidade concreta. Não é um "todo" constituído por "partes" funcionalmente integradas. Antes, é uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade. [...] Mas a totalidade concreta e articulada que é a sociedade burguesa é uma totalidade dinâmica - seu movimento resulta do caráter contraditório de todas as totalidades que compõem a totalidade inclusiva e macroscópica (NETTO, 2011, p. 56).

científico, mostrando que esse saber é sempre situado, parcial e subjetivo, porque nele se inscreve a experiência do sujeito do conhecimento. (FURLIN, 2014, p. 125).

Considerando os apontamentos acima, os estudos de “gênero”, progressivamente, adquirem espaço em diversos cursos acadêmicos, bem como em pesquisas e núcleos de estudos. Traz uma nova maneira de produzir conhecimento e fomentar pesquisas, de maneira que se tenha a objetividade necessária para que a produção seja útil e verídica, mas, ao mesmo tempo, trazendo um pouco da subjetividade de quem o produz.

Neste sentido, a produção de conhecimento, numa perspectiva feminista, traz em sua essência uma análise e percepção das relações sociais e de gênero de maneira mais aprofundada e crítica, enfatizando a opressão/exploração da mulher na sociedade. Deste modo, também contribui para um processo de desconstrução de um conhecimento construído a partir de uma subjetividade masculina, interferindo de certo modo na maneira em como se dá o processo de construção do conhecimento, para quem e para quem são produzidos.

Os estudos de gênero e as indagações sobre as epistemologias feministas introduziram, ao lado dos outros estilos de fazer ciência social, um estilo que desse mais lugar à reflexão sobre a subjetividade do (a) autor (a) e da construção das subjetividades dos sujeitos sociais. Com certeza, sem deslocar o outro estilo mais objetivista, produziu-se outra forma de escrever ciência. (MACHADO, 1998, p. 116).

A questão de gênero perpassa todos os contextos sociais, se constitui, dentro de um mesmo gênero, de maneiras diversas (dentro do mesmo gênero há conceitos, relações de opressão/exploração diferenciadas). Ou seja, o termo gênero não está diretamente associado apenas à desigualdade entre homens e mulheres (Saffioti, 2011).

Desta maneira, há uma abrangência no que diz respeito aos campos de estudo, temáticas e direcionamento do “para quem” se produz. A mulher está inserida em diversos contextos e meio social. Isso faz com que exista um campo de análise diverso no sentido de produção, pois são vários os recortes que podem ser feitos para estudo e produção teórica, numa perspectiva de compreender, analisar e superar a opressão/ exploração da mulher na sociedade.

Furlin (2014) contribui com o debate trazendo que as contribuições teóricas feministas são perpassadas pela subjetividade e experiências de quem as produz.

Trazendo, assim, uma “epistemologia alternativa, que atribui novos sentidos para aquilo que se considera conhecimento, permitindo, com isso, a ressignificação da objetividade e de outras categorias centrais para a filosofia feminista e para as ciências sociais”. (FURLIN, 2014, p.122).

PATRIARCADO E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: O LUGAR DA MULHER NA SOCIEDADE CAPITALISTA

O movimento feminista e suas produções contribuíram de forma essencial na compreensão de que a partir das diferenças entre os gêneros criadas se estabelecem socialmente condutas de comportamento para mulheres e homens. Nessa divisão de papéis, o patriarcado fornece aos homens um lugar privilegiado.

O patriarcado em sua “forma prévia à intensificação do processo de industrialização, teria sido caracterizado pela *exclusão* das mulheres e pelo controle direto de um homem sobre uma mulher, exercido da sua posição de marido ou pai” (BIROLI, 2018, p.31). Entretanto, “mudanças históricas diretamente relacionadas às formas assumidas pelo capitalismo em sua fase industrial teriam atuado para que essas relações se modificassem” (Id. Ibid).

É através do patriarcado que se reforçam as desigualdades sociais de gênero. Ele permeia o espaço privado e público - tem “influência” tanto na vida familiar quanto no Estado -, sendo assim o lugar que, seguindo esse mecanismo de dominação, é socialmente estabelecido às mulheres, é o de submissão.

Quando referimos que o patriarcado permeia o espaço privado é importante ressaltar que sua influência recai até mesmo sobre a vida e corpo dessas mulheres.

Internacionalmente, a luta do reconhecimento do direito de dispor do seu corpo é sustentada de maneira unânime pelos movimentos feministas dos anos 70. Quem possui o poder de controle sobre o corpo feminino: o Estado, as autoridades religiosas, as corporações médicas, o chefe da família (marido ou pai) ou as próprias interessadas? (DEL RE, 2009, p.21)

Fica claro então que “os corpos estão no centro das disputas, evidenciando o caráter político e social do que neles se passa, do que representam em uma economia simbólica e material mais ampla” (BIROLI, 2018, p.134).

Desta forma, patriarcado enquanto um sistema de dominação dos homens sobre as mulheres permite visualizar que a dominação não está presente somente na esfera familiar, tampouco apenas no âmbito trabalhista, ou na mídia ou na política. Esse sistema “compõe a dinâmica social como um todo, estando inclusive, inculcado no inconsciente de homens e mulheres individualmente e no coletivo enquanto categorias sociais” (CASTRO; LAVINAS *apud* MORGANTE; NADER, 2014, p. 3).

Sendo assim, a sociedade por meio de seus mecanismos “delimita com bastante precisão, os campos em que *pode* operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que *pode* atuar o homem” (SAFFIOTI, 1987, p.8).

Biroli aponta que “a configuração das fronteiras entre a esfera pública e esfera privada implica lugares distintos para mulheres e homens”, situando também que nem “todos os homens e todas as mulheres se posicionam de maneira idêntica [...]” (2018, p.11).

Cabe ressaltar que o lugar do homem, nesse contexto, é o social, enquanto o campo historicamente destinado às mulheres, em grande parte das sociedades que existiram até hoje, é o doméstico, isso se concretiza principalmente através da educação social que perpassa a construção de sociedades, estabelecendo espaços socialmente desvalorizados às mulheres.

Em nossa sociedade ocorre uma “destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado” (KERGOAT, 2009, p.67)

Uma vez que se diz que desde sempre o espaço doméstico pertence às mulheres, ou que devido à sua condição de poder gerar outra vida há em sua natureza uma facilidade para se ocupar desses espaços, o fato deixa de partir de um caráter sócio histórico, ocorrendo então, uma naturalização. Este passa a ser visto como algo que se deu de maneira natural. De acordo com Saffioti (1987, p.11):

Dada a desvalorização social do espaço doméstico, os poderosos têm interesse em instaurar a crença de que este papel sempre foi desempenhado por mulheres. Para a solidificação desta crença nada melhor do que retirar desta atribuição de papéis sua dimensão sócio-cultural. Ao se afirmar que sempre em todos os lugares as mulheres se ocuparam do espaço doméstico, elimina-se as diferenciações históricas e ressaltam-se os característicos “naturais” destas funções.

Criou-se, a partir das diferenças entre os gêneros, preconceitos, presentes até hoje, de que mulheres são inferiores aos homens baseando-se em argumentos sobre inferioridade de força física e inteligência feminina, mesmo esses se provando falhos uma vez que cientificamente e historicamente não se comprovam.

Partindo da ideia de Saffioti (1987, p.30), não é por acaso que tais preconceitos são nutridos, cotidianamente, pelos meios de comunicação em massa, cujo controle é detido pela classe dominante. Esses julgamentos se mostram mecanismos de extrema importância para a manutenção da ordem e do poder dos homens brancos/cis/héteros na sociedade.

Uma vez que se cria esse ideário de que a mulher é inferior ao homem e que o ambiente doméstico lhe pertence desde sempre, fica mais fácil estabelecer condições de trabalho desvantajosas a essas mulheres. Observando esse aspecto fica explicitamente claro, que as mulheres se inserem em sua grande maioria em profissões que socialmente são ligadas ao cuidado (seja do ambiente ou de pessoas), menos prestigiadas, em cargos considerados subalternos e sempre ganhando salários inferiores aos dos homens, ficando evidente que “a remuneração pelo trabalho define-se numa escala em que o que é historicamente associado ao feminino tem menor valor” (BIROLI, 2018, p.48).

Assim se estabelece então a divisão sexual do trabalho, acerca disso Devreux (2005, p. 7-8) diz que esta é uma divisão social, uma

organização social do compartilhamento do trabalho (e, portanto, também, do emprego) entre os dois grupos de sexo. Essa divisão sexual do trabalho atravessa toda a sociedade e articula os campos do trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo. Não os separa: ela os articula excluindo ou integrando, segundo os momentos e as necessidades dos dominantes, as mulheres à esfera produtiva, devolvendo-as global ou parcialmente à esfera reprodutiva.

Com o desenvolvimento das produções acadêmicas feministas ocorre a reformulação do conceito divisão sexual do trabalho. Com o tempo essas pesquisas passaram a “analisar o trabalho doméstico como atividade com o mesmo peso do trabalho profissional”, permitindo assim “considerar simultaneamente a atividade realizada nas esferas doméstica e profissional, e raciocinar em termos de uma divisão sexual do trabalho” (KERGOAT, 2009, p.69).

De acordo com Kergoat (2009, p.67), “essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um de mulher)”.

Tomando o contexto brasileiro contemporâneo como referência, percebemos que ocorreu uma expansão da informalidade no mercado de trabalho nas últimas décadas, que resulta da necessidade de manutenção da sobrevivência, devido ao desemprego em massa, à ampliação da desigualdade, intensificação do neoliberalismo, entre outros fatores ligados ao processo de expansão do capital, o que torna clara a desigualdade nas condições de trabalho para as pessoas do gênero feminino e particularmente para as mulheres negras, que são as que mais sofrem com esse processo.

Nesse sentido, é importante salientar que as desigualdades no acesso ao trabalho remunerado estão presentes “tanto entre homens e mulheres, como também entre diferentes grupos de mulheres” (BIROLI, 2018, p.39). É necessário ter em mente então que a divisão sexual do trabalho não se dá de maneira homogênea e binária, pois está enredada em outras estruturas hierárquicas, construídas socialmente, como as relações de classe e raça/etnia.

Na dinâmica capitalista atual, ocorre um movimento em que concomitante à chegada de certas mulheres em posições de poder também observa-se o aumento da precarização do trabalho para outras mulheres, acentuando ainda mais os antagonismos entre as realidades e interesses das mesmas. Sendo assim é:

[...] na conjugação entre gênero, classe e raça que posições relativas se estabelecem. Na pirâmide de renda e no acesso a postos de trabalho, à escolarização e à profissionalização, as mulheres brancas estão mais próximas dos padrões de oportunidades dos homens brancos e apresentam vantagens em relação aos homens negros. São as mulheres negras, acompanhadas de seus filhos, que integram a faixa mais pauperizada da população. A divisão sexual do trabalho incide sobre mulheres e homens em conjunto com sua posição de classe e com o racismo estrutural. (BIROLI, 2018, p.22)

Desta forma, com base em todos esses aspectos ideológicos presentes na nossa sociedade, a mulher negra se mostra no interior da classe trabalhadora como uma das mais exploradas pelo empresariado capitalista. Desta forma:

[...] Pôde-se concluir que o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isso, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico. (SAFFIOTI, 1987, p. 50)

No Brasil isso fica evidente, assim o patriarcado não constitui o único princípio estruturador da sociedade brasileira, há de se levar em conta que principalmente no nosso país existe um outro fator de grande importância, sua base escravocrata propagadora do racismo.

A partir de Saffioti (1987) observa-se que não foi o capitalismo que “inventou” o patriarcado e o racismo, entretanto, com a emergência do capitalismo, ocorre uma fusão entre esses três sistemas de dominação-exploração que passam a ser inseparáveis tornando-se um só nó.

A mulher negra nessa dinâmica ocupa a última posição. Ela é duplamente discriminada: enquanto mulher e enquanto negra. De acordo com o modelo oficial, cabem-lhe, fundamentalmente, dois papéis: “o de empregada doméstica e o de objeto sexual”. (SAFFIOTI, 1987, p.52)

Levando em conta os preconceitos e ideais que socialmente são propagados fica evidente sua função interessa aos capitalistas, uma vez que como Saffioti (1987) aponta

são pagos salários irrisórios às pessoas negras, às mulheres e piores ainda caso seja mulher negra.

Para estes donos do mercado é fácil pagar salários menores a um homem negro e mulheres, entretanto para as mulheres negras é pago um valor ínfimo em relação ao seu trabalho, acabando por fazer com que esta mulher passe “de duplamente discriminada para triplamente discriminada: mulher, negra e miserável.” (SAFFIOTI, 1987, p. 55)

Além de ser reservado cargos desvalorizados socialmente às mulheres negras, elas são, com grande reforço dos canais midiáticos, cabe ressaltar, extremamente sensualizadas e sexualizadas.

O homem branco construiu o mito da negra ou mulata sensual. Embora nenhuma pesquisa haja demonstrado que a negra ou a mulata seja mais sensual do que a branca, é assim que a mulher de sangue negro é socialmente considerada. (SAFFIOTI, 1987, p.53)

Conforme demonstrado, a situação da mulher negra difere do restante das mulheres, sendo necessário entender as particularidades que englobam o seu cotidiano dentro da sociedade capitalista. Neste sentido, a questão racial e de classe deve ocupar centralidade nas lutas feministas. Como colocado por Saffioti (1987, p. 108) “a questão da mulher negra deve ser central em todas as lutas feministas que realmente visem a destruição do patriarcado-racismo capitalismo”.

Levando em conta esse contexto histórico e ideológico presente na sociedade capitalista, chegamos ao ponto de compreensão de que todo esse aparato permeado por preconceitos machistas estão profundamente inseridos na mentalidade tanto dos homens quanto das mulheres. Isso acaba naturalizando determinadas desigualdades, contribuindo na preservação de injustiças sociais e reforçando a manutenção do poder nas mãos de homens brancos e adultos.

Como já pontuado anteriormente há uma fusão entre o capitalismo, o patriarcado e o racismo, sendo assim como apontado por bell hooks (2015, p.195-196) “apenas se analisando o racismo e sua função na sociedade capitalista é que pode surgir uma

compreensão profunda das relações de classe. A luta de classes está indissolúvelmente ligada à luta para acabar com o racismo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido, o presente trabalho busca apresentar a importância dos estudos de gênero na história, sua importância para a discussão da construção do ser mulher e do lugar estabelecido a estas dentro da dinâmica capitalista. A partir das considerações feitas ao longo do trabalho, entendemos haver inúmeras categorias de estudos sobre gênero, uma vez que o avanço no campo da produção de conhecimento está intimamente ligado ao progresso em que o feminismo enquanto movimento social se direciona, bem como às especificidades de cada contexto social e momento histórico.

Segundo Machado (2019), um novo estilo foi criado e legitimado a partir dessa crítica cultural. O feminismo, com certeza, é uma das vozes que faz parte desse novo estilo. Daí a importância de ressaltar a extrema importância e relevância dos avanços do feminismo na produção de conhecimento, trazendo consigo novas e mais críticas maneiras de compreender as relações sociais e o espaço da mulher na sociedade, bem como o próprio conceito do termo “gênero”, contribuindo para a formulação de políticas públicas melhor elaboradas e a desconstrução social e cultural de opressão/exploração da mulher.

Ressalta-se aqui que na nossa sociedade, para além do debate da opressão/exploração de gênero devemos ter em mente “sua articulação com outras categorias de análise, as categorias classe e raça. Concordamos que a articulação entre classe, raça e gênero é importante para a compreensão da situação das mulheres em nossa sociedade” (Guimarães, 2005, p.90)

Faz necessário reafirmarmos que, mesmo havendo avanços consideráveis, a desigualdade de gênero/raça/classe não será superada no âmbito do modo de produção capitalista. Temos em mente que as relações sociais são construídas dentro da lógica do modo de produção capitalista e patriarcal, portanto, para que haja um rompimento em como se dão tais relações, e assim, construir uma nova dinâmica social, é preciso que se tenha um novo modelo social para direcionar tal processo.

Apenas com o fim da sociedade capitalista é que se poderá criar uma nova sociedade livre das estruturas desiguais e de toda forma de opressão e exploração humana.

REFERÊNCIAS

bell hooks. **Mulheres negras: moldando a teoria feminista**. Revista Brasileira de Ciência Política, no. 16. Brasília, janeiro - abril de 2015, (pp. 193-210).

BIROLI F. **Gênero e desigualdades, limites da democracia no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

CISNE, M.; SANTOS, S. M.M. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

DEL RE A. Aborto e contracepção. In: **Dicionário Crítico do Feminismo**. Editora UNESP, 2009.

DEVREUX A. M. **A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 20, n. 3 (p. 541-560), set./dez. 2005.

FURLIN, N. **A categoria de gênero e o seu estatuto na produção do conhecimento: algumas considerações teóricas**. In: Periódicos UFSM, v. 27 n 2, 2014.

KERGOAT D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: **Dicionário Crítico do Feminismo**. Editora UNESP, 2009.

MACHADO, L. Z. **Gênero, um novo paradigma?** In: Cadernos Pagu (11) 1998. (p.107-125).

MORGANTE M. M.; NADER M. B. **O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico**. Anais do XVI Encontro Regional de História da Anphu-Rio: saberes e práticas científicas. 2014.

NETTO, J P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. **Feminismo, História e Pode**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15- 23, jun. 2010.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

_____. **O poder do macho**. 11ª impressão, São Paulo: Moderna, 1987, (Coleção polêmica).

_____. São Paulo: Moderna, 2001.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade: jul/dez, 1995.